

# Atenção!

## O valor da TAP vem dos seus trabalhadores

Comunicado da célula do Partido Comunista Português na TAP

O PCP alertou, desde o início, para os perigos das pretensões de privatização da TAP. Perigos que se vêm a confirmar, apesar de o Estado ainda ser accionista maioritário. A verdade é que o Governo tem deixado os accionistas privados prosseguir a sua demanda de redução da TAP, numa perspectiva de sobrevalorização da redução de custos «a todo o custo».

Paira na TAP o perigo da redução de postos de trabalho. Recentemente, a vários trabalhadores, seja dos serviços, seja da logística, foram propostas formas de “ir embora”. Seja sob a capa de pré-reformas ou rescisões por mútuo acordo, seja mesmo através de «suspensão» por alegada extinção de posto de trabalho.

Foi a intervenção das organizações representativas dos trabalhadores que permitiu que a maior parte dos trabalhadores nesta situação conseguissem permanecer na TAP, conseguindo travar o processo daquilo que consideramos o objectivo de «despedimento colectivo encapotado». É ainda lamentável que vários trabalhadores que estavam a contrato tenham ficado sem trabalho, pois a TAP não os renovou.

O PCP denunciou e questionou o Governo sobre esta situação, lembrando que o Estado continua a ser o accionista maioritário e que por isso o Governo tem uma palavra a dizer na condução do futuro da TAP, devendo impedir que avancem as pretensões dos accionistas privados de destruir a TAP enquanto empresa ao serviço do país e da sua economia e transformá-la exclusivamente numa fonte de lucros a arrecadarem.

O PCP apela a que os trabalhadores da TAP se unam em torno da defesa dos seus direitos, na defesa do seu posto de trabalho e na salvaguarda da empresa!



**Participa na Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN para o dia 15 de Novembro e vem lutar por:**

- aumento geral dos salários;
- fim da precariedade;
- redução do horário de trabalho;
- rejeição das alterações gravosas ao Código do Trabalho;
- Por melhores condições de trabalho;
- Aumento das reformas e dos apoios e prestações sociais.